

1 **Ata da 6ª Reunião Extraordinária do CMPC Joinville.**

2 **10 de dezembro de 2012 - Sala 8 – Centreventos Cau Hansen.**

3 Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e doze, às quatorze horas, na Sala oito do Centro de
4 Convenções Alfredo Salfer, Centreventos Cau Hansen, em Joinville, SC, realizou-se a sexta reunião
5 extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville (CMPC-Jlle/Gestão 2012-14),
6 conforme convocação da diretoria, Presidente Ilanil Coelho e Vice-Presidente Heidi Bublitz Schubert, para
7 tratar da seguinte ordem do dia: 1) Entrevista do futuro Prefeito, Sr. Udo, sobre compactação de gestão
8 (conforme o link; <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2012/12/Prefeito-eleito-dohler-diz-que-vai-cortar-comissionados-em-joinville-3973942.html>). A Presidente iniciou a reunião dando boas vindas e
9 agradecendo a presença de todos na reunião, convocada em regime de urgência; explicou a importância
10 desse encontro para uma análise a respeito da atual situação que se colocou, para a área cultural, que
11 merece uma discussão aprofundada e, talvez, a tomada de alguns posicionamentos. Apresentou expediente
12 quanto às justificativas de ausência de Fernanda Zimmermann e Iraci Seefeldt, informando a presença de
13 seus suplentes. Lembrou que esta era a última reunião do ano, sendo assim, também a despedida dos
14 membros do poder público; agradeceu o comprometimento que tiveram nos últimos quatro anos em relação
15 ao desenvolvimento da cultura em Joinville muitas vezes transcendendo os interesses de governo. “Houve
16 uma articulação sadia entre os membros do governo e sociedade civil”, disse a Presidente. Também
17 destacou a importância do trabalho concluído na última reunião, qual seja, o documento contendo as “Metas
18 do Plano Municipal de Cultura”; informou que o documento já foi publicado. Em nome do Conselho,
19 agradeceu às pessoas que se envolveram nesse trabalho, o qual requereu muita dedicação e disposição ao
20 consenso diante dos múltiplos posicionamentos pessoais, ideológicos e político-partidários emergentes no
21 próprio processo de concepção, escrita e formalização do Plano Municipal de Cultura. Neste momento,
22 iniciou a pauta que tratava de uma matéria do Jornal A Notícia, publicada no dia seis de dezembro, sobre
23 uma entrevista com o futuro Prefeito a respeito de uma reforma de gestão na qual, um de seus pontos, seria
24 a junção de algumas áreas como a cultura e o turismo, e que seria elaborada por pessoas de fora da
25 cidade. Após a leitura da matéria em pauta, a Presidente lembrou a todos que o futuro Vice-Prefeito, no
26 último dia sete, manifestou-se aos comentários que surgiram nas redes sociais, descartando a hipótese de
27 junção das pastas. Também comentou que fez contato com algumas pessoas e que não havia, até aquele
28 momento, nenhuma notícia oficial. O fato é que o Conselho tinha no momento duas hipóteses: a) que a
29 proposta não seria efetivada; b) que a proposta poderia ser efetivada. Diante disso, seria mister estabelecer
30 estratégias para mostrar e demonstrar com argumentos ao futuro Prefeito que essa mudança não seria
31 viável. A Presidente abriu inscrições para o plenário, a fim de qualificar o debate. Silvestre iniciou a fala e
32 colocou como desnecessário um olhar de fora na gestão da cultura, como consta na matéria explicou que,
33 toda a ação feita durante esses últimos anos, cada lei, o próprio modelo de gestão cultural que vinha sendo
34 construído e que ainda continua sendo discutido, havia sempre olhares transversais, internos e externos
35 interligados ao que vinha sendo discutido em âmbito nacional. Taiza reforçou a fala de Silvestre alertando
36 para a defesa deste ponto e completou lembrando que sempre procuraram trabalhar em rede, a partir de
37 conceitos que vinham sendo amadurecidos, inclusive em âmbito internacional. Gabriel declarou que tudo o
38 que foi construído nesses anos, na área da cultura, é muito precioso. Disse que o Conselho tem marcos
39 legais em âmbito municipal, como a lei do Sistema, a lei do Plano, que foram construídos democraticamente
40 e toda essa construção, na sua opinião, não poderia ser negligenciada. Achou que a proposta foi colocada
41 na imprensa de maneira intencional, não por desconhecimento. Charles colocou que “independentemente
42 de ter ou não participado de um governo, cada pessoa tem o direito de opinar, principalmente pela
43 experiência adquirida em outras gestões. Concordou com Ilanil em pensar estrategicamente, do ponto de
44 vista do perfil do Prefeito eleito, que é um empresário. Por isso Charles fez questão de usar como
45 argumento o índice que o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) criou para avaliar a capacidade
46 de gestão pública em cultura dos Municípios brasileiros, com base em dados respondidos anualmente junto
47 ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Informou que esse trabalho foi publicado pela
48 ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), em dois mil e sete, e que seria repassado por e-mail aos
49 Conselheiros, embora estivesse acessível na internet. Em dois mil e nove, Joinville foi considerada como a
50 6ª melhor cidade do Brasil em gestão cultural, na pesquisa do Ministério da Cultura. O artigo mostra os
51 critérios utilizados para a construção desse índice, sendo que o primeiro item, o qual equivale à maior
52 pontuação, é a existência de uma pasta própria, específica e exclusiva, com orçamento próprio e que possa
53

54 dialogar na transversalidade com as demais pastas, não apenas com o turismo, declarou Charles;
55 ponderou que se fosse dessa forma poderia dizer, com relação ao patrimônio, que teria de se unir à
56 Fundema, porque a Fundação Cultural tem uma relação íntima com esse órgão em virtude da preservação
57 do patrimônio cultural, conforme o que rege a Lei Orgânica do Município. Disse ainda que “a relação da
58 cultura se dá com muitas pastas e que é muito redutor o pensamento de que a cultura se resume ao seu
59 aspecto turístico ou que o turismo se resume ao aspecto cultural”. Charles acha o índice do IPEA um
60 argumento forte, porque “foi utilizado para definir uma gestão que não é privada e sim pública”. Ilanil
61 comentou que essas informações são importantes e que a partir delas o Conselho pode qualificar seus
62 argumentos. Também comentou de sua busca por documentos indicativos de uma previsão de quarenta por
63 cento de repasse, fundo a fundo, que os Municípios receberiam a partir do Plano Municipal. Charles disse
64 que ele mesmo, enquanto membro do Comitê do Sistema Nacional de Cultura, foi o relator desse
65 documento, que é uma Resolução do CNPC, e que “tanto a Resolução número quatro, de dois mil e dez,
66 quanto a que foi aprovada em dois mil e onze (esta ainda não publicada) preveem esse repasse”; disse que
67 isso resultou de uma luta que iniciou nos fóruns dos gestores de capitais e regiões metropolitanas, e que é
68 um aspecto bem importante; que além desses valores devem lembrar que o Plano Nacional prevê, numa de
69 suas metas, que todas as capitais e Municípios com mais de quinhentos mil habitantes tenham uma
70 Secretaria de Cultura, até dois mil e vinte. Ilanil pediu para Charles enviar uma cópia da Resolução que
71 prevê o repasse fundo a fundo e também da publicação do resultado da pesquisa do IPEA. Também deixou
72 registrado um pedido, ao Presidente da Fundação Cultural, de uma estimativa dos recursos recebidos dos
73 projetos aprovados e justificou dizendo que, “nesse momento de transição, é importante que o Conselho
74 tenha o domínio dessas informações, pois será o principal interlocutor das mudanças que poderão vir”.
75 Maycon afirmou que os aspectos colocados até o momento são importantes, porém defendeu uma ação
76 mais efetiva do Conselho, já que está amparado por lei. Maria Ivonete explanou algumas informações que
77 achou importante serem analisadas. Ilanil concluiu que as lições colocadas pela conselheira já eram de
78 conhecimento do Conselho; lembrou que o Conselho é instância política, com poder deliberativo e
79 fiscalizador, e portanto precisa criar uma estratégia para solicitar que essa proposta, que considera
80 infundada, seja antes de tudo, submetida à análise deste órgão, caso venha a público, garantindo assim o
81 papel do Conselho como interlocutor, utilizando o instrumento mais democrático possível, que é a lei. Jacila,
82 em sua fala, pediu cautela aos Conselheiros, considerando a entrevista mal interpretada ou mal traduzida
83 pelo jornalista. Lausivan fez todos lembrarem das reformas ocorridas no início de alguns governos, que
84 atuavam no mesmo partido do futuro Prefeito, reformas estas que aconteceram tanto em âmbito municipal
85 quanto estadual. “Se a proposta acontecer do jeito que foi colocada no jornal, foi imatura e o Conselho deve
86 pedir vistas”, declarou Lausivan. Ilanil concordou com Jacila, na questão da cautela, porém explicou que se
87 pautara na questão técnica e que, como Presidente, precisava defender e preservar o Conselho, por isso
88 quis ouvi-lo; colocou-se a disposição para monitorar as novas notícias, pois achava que ainda não era a
89 hora do Conselho se pronunciar. Jacila então propôs agendar uma reunião com o chefe de gabinete do
90 futuro Prefeito, e se colocou à disposição para firmar o encontro. Neste momento, Charles e Diego pediram
91 para lembrar algumas situações, que ocorreram durante as mudanças de gestão, e que uma delas foi a
92 perda das coordenações criadas para as Unidades da Fundação Cultural, estrutura esta que havia sido
93 conquistada, por volta dos anos noventa, para a área cultural. Os mesmos levantaram a preocupação, não
94 apenas com a questão da junção das pastas, mas também do corte de comissionados, levando em
95 consideração que as Unidades do setor de Patrimônio, hoje, têm coordenações extremamente técnicas, e
96 que sem essa especificidade, principalmente os museus, ficariam muito prejudicados. Ilanil mostrou sua
97 preocupação em ter um diagnóstico de como funciona a gestão no âmbito estadual, no sentido da captação
98 dos recursos para a cidade. Silvestre atentou para o fato de que, ter hoje uma pasta específica de cultura e
99 o quadro técnico contemplando essa estrutura, habilitou a cidade a receber vários prêmios nesta área,
100 fazendo com que a pontuação, adquirida pelos editais, tornasse maior o poder de competitividade da
101 cidade; disse que cada vez mais esses pontos habilitarão as cidades para o recebimento de recursos; que
102 os recursos fundo a fundo serão geridos pelo Sistema Municipal de Cultura e que Joinville está servindo
103 como modelo para várias cidades do País; que portanto, essa pretendida junção iria fazer a cidade
104 retroceder; disse ainda que Joinville possui os três principais itens do Sistema Nacional de Cultura que são:
105 ter órgão gestor específico, Plano de Cultura e um Conselho atuante. Ilanil pediu à secretaria do CMPC
106 para enviar um ofício à Fundação Cultural, solicitando algumas informações sistematizadas sobre os

107 projetos submetidos a diferentes órgãos de fomento, durante o período de dois mil e nove a dois mil e doze
108 e também os projetos contemplados nesse período, com informações sobre o cronograma e situação atual
109 de execução. Falou da importância dessas informações serem apresentadas e compartilhadas com o
110 Conselho na próxima reunião ordinária, para o estabelecimento de estratégias que visem dar continuidade
111 ao que foi planejado e verificar novas possibilidades de captação, além do fato do CMPC ter vários
112 membros, representando a área cultural, em outros conselhos municipais, estaduais e principalmente o
113 Conselho Nacional. A Presidente aproveitou para solicitar à Fundação Cultural uma cópia dos arquivos
114 virtuais e físicos do CMPC. Charles pediu a palavra para esclarecer um detalhe a respeito da meta do
115 Sistema Nacional de Cultura, no sentido da existência de uma secretaria específica, disse que “essa
116 questão não é vinculante ao recebimento de recursos”. Gabriel lembrou que, durante a terceira Conferência
117 Municipal de Cultura, o Prefeito assinou a adesão ao SNC e isso pressupõe que o Município irá atender às
118 exigências do Sistema. Ilanil completou lembrando que uma das três primeiras exigências dessa adesão é
119 que o Município tenha pasta específica de cultura. Charles enfatizou que a pasta deve ser específica, não
120 exclusiva. Maria Ivonete sugeriu que o Conselho pergunte ao futuro Prefeito “quais os benefícios que a
121 cidade ganhará com essa junção e que, se a questão fosse diminuição do número de cargos
122 comissionados, qual a forma de gestão que iria ser adotada para manter a especificidade das duas áreas”.
123 Também sugeriu enviar, ao Ministério, o pedido de uma carta de apoio enfatizando a importância de ser
124 órgão autônomo. Ilanil procedeu o encaminhamento e colocou como proposta: “a potencialização do debate
125 nas redes sociais, com ênfase nas questões levantadas, e a não manifestação do Conselho por enquanto,
126 até porque não havia nada de concreto, apenas uma matéria de jornal. Maria Ivonete sugeriu a elaboração
127 de uma carta aberta. Ilanil alertou para o fato de que “carta aberta” não é documento deliberado pelo
128 Conselho; disse que é preciso utilizar sempre os instrumentos previstos por Lei, e conforme o Regimento do
129 CMPC, o que pode ser feito, quando se trata de uma manifestação dirigida ao poder público ou a sociedade
130 civil, é uma Moção, que neste caso poderá ser elaborada com um tom reflexivo, e conforme a lei, publicada
131 no jornal do Município. Após mais algumas discussões ficou definido, pelo plenário, que seria redigida uma
132 Moção de Alerta ao poder público municipal e à sociedade civil, e enviada ao gabinete do atual Prefeito para
133 o procedimento legal. Ao término da redação, todos aprovaram a Moção, que foi assinada pela Presidente e
134 encaminhada pela secretária ao Gabinete do Prefeito para publicação. Sem mais nada a tratar, a Presidente
135 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, que foi secretariada por Janaina Alves, que
136 assina a lista de presença, anexa, juntamente com os Conselheiros presentes.